



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Acauã II S.A.

31 de dezembro de 2023

ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Contas a receber	18
5 Imobilizado	19
6 Intangível	20
7 Fornecedores	20
8 Provisão para compromissos futuros	21
9 Patrimônio Líquido	21
10 Transações com partes relacionadas	22
11 Receita líquida	23
12 Custos e Despesas operacionais	23
13 Resultado financeiro	24
14 Instrumentos financeiros e gestão de riscos	24
15 Cobertura de seguros	26
16 Compromissos	26
17 Informações complementares ao fluxo de caixa	26

Relatório da administração

Senhores acionistas,

A administração da Central Eólica Acauã II S.A., subsidiária integral da Aliança Geração de Energia S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Em fase pré-operacional ao longo do ano a Central Eólica Acauã II entrou em operação comercial em dezembro de 2023, sendo seus resultados derivados dos gastos com despesas e investimentos decorrentes da implantação do empreendimento.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Acaua II S.A.
Santana dos Matos - RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Acauã II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Acaua II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9	7
Contas a receber	4	1.805	-
Tributos a Recuperar		1	1
Outros ativos		413	15
Total do ativo circulante		2.228	23
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	304.334	197.510
Intangível	6	9.814	4.647
Total do ativo não circulante		314.148	202.157
Total do ativo		316.376	202.180
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	11.888	949
Tributos a recolher sobre o lucro		29	-
Provisão para compromissos futuros	8	992	-
Outros passivos		97	182
Total do passivo circulante		13.006	1.131
NÃO CIRCULANTE			
Outros passivos com partes relacionadas	10	1.059	1.059
Provisão para compromissos futuros	8	5.848	-
Total do passivo não circulante		6.907	1.059
Total dos passivos		19.913	2.190
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	9		
Capital social		255.000	115.361
Adiantamento para futuro aumento de capital		51.138	89.135
Prejuízos Acumulados		(9.675)	(4.506)
Total do patrimônio líquido		296.463	199.990
Total do passivo e do patrimônio líquido		316.376	202.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	11	2.178	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.423)	-
Depreciação e amortização - GER		(1.987)	-
Outros custos com geração de energia		(1.448)	-
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	12.a	(4.858)	-
LUCRO BRUTO		(2.680)	-
Despesas gerais e administrativas		(2.370)	(2.764)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	12.b	(2.370)	(2.764)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(5.050)	(2.764)
Receitas financeiras	13	8	2
Despesas financeiras	13	(96)	(31)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(5.138)	(2.793)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(30)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(5.168)	(2.793)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação – R\$	9	(0,000026)	(0,000024)
Quantidade média ponderada de ações(em milhares)	9	195.154.526	115.360.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(5.168)	(2.793)
Total do resultado abrangente do exercício	(5.168)	(2.793)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021		61.140	39.786	(1.714)	99.212
Aumento de capital		54.221	(54.221)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	103.571	-	103.571
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.793)	(2.793)
Em 31 de dezembro de 2022	9	115.361	89.136	(4.507)	199.990
Aumento de capital		139.639	(139.639)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	101.641	-	101.641
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(5.168)	(5.168)
Em 31 de dezembro de 2023	9	255.000	51.138	(9.675)	296.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício	9	(5.168)	(2.793)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	5 e 6	1.987	-
		(3.181)	(2.793)
Variação de ativos e passivos			
Contas a Receber	4	(1.805)	1.059
Tributos a recuperar		-	(1)
Outros ativos		(398)	(15)
Fornecedores	7	22.632	(324)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(1)	(177)
Outros passivos		(85)	182
		20.343	724
Caixa gerado (consumido) pelas operações		17.162	(2.069)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		17.192	(2.069)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
No imobilizado e intangível	5 e 6	(118.831)	(101.506)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(118.831)	(101.506)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	101.641	103.571
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		101.641	103.571
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		2	(4)
No início do exercício	3	7	11
No fim do exercício	3	9	7
Redução de caixa no exercício		2	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Acauã II S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 8.755 de 28 de abril de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Baixa do Sítio (“EOL Acauã II”), que integra os ativos da Companhia, localizadas no município de Santana do Matos, Lagoa Nova, São Vicente do Maros e Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em abril de 2055.

A Companhia, em conjunto com Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I e II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), formam o projeto do Parque Eólico Acauã. A implantação do parque ocorreu nos municípios de Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, estado do Rio Grande do Norte, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

A EOL Acauã II é constituída por 11 (onze) unidades geradoras de 4,2 MW cada, e terá 4,2 MW de capacidade instalada e 21,3 MW médios de garantia física. Em 23 de dezembro de 2023, a Companhia entrou em operação plena.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$10.778. (Em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo de R\$1.108) e prejuízo de R\$5.168 (R\$2.793 em 31 de dezembro de 2022). Este aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento. Adicionalmente, é importante destacar que a Companhia possui o suporte financeiro da sua Controladora.

a. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) com um único cliente. O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Parque Acauã.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e autoriza a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5 e 15 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 7 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação e amortização: vida útil dos ativos; e
- **Nota 11 - Provisões para compromissos futuros** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 | Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia são aplicadas de maneira consistente como segue:

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores e outros passivos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, outros passivos com partes relacionadas e outros passivos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos, fornecedores, outros passivos com partes relacionadas e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos

b. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor

em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

c. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de servidões.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas por redução ao valor recuperável; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são avaliados a cada apresentação, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para mais detalhes sobre a política do intangível veja nota nº 5 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *impairment*.

d. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 5.

e. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há processos judiciais classificadas como risco de perda provável.

Provisões para compromissos futuros

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação em contrapartida passivo – compromissos futuros e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme legislação vigente. Por fim, sobre esse total, é aplicada a alíquota vigente na data de encerramento para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de caixa.

g. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas e outras despesas financeiras.



h. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

i. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40); e
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos saldos de bancos, como se seguem:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	9	7
	9	7

4 | Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e 2.5 (e).

	31/12/2023	31/12/2022
Câmara de comercialização de energia elétrica	1.805	-
	1.805	-

O prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 14.

5 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b) e 2.5 (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Custo com desmobilização (a)	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em curso	TOTAL
Custo de aquisição						
Em 31/12/2021	-	-	-	-	96.672	96.672
Adição	-	-	-	-	100.838	100.838
Em 31/12/2022	-	-	-	-	197.510	197.510
Adição	1.988	-	-	-	106.784	108.772
Transferência	-	8.751	293.845	26	(302.622)	-
Em 31/12/2023	1.988	8.751	293.845	26	1.672	306.282
Depreciação acumulada						
Adições	-	(74)	(1.860)	-	(14)	(1.948)
Em 31/12/2023	-	(74)	(1.860)	-	(14)	(1.948)
Valor líquido						
Em 31/12/2022	-	-	-	-	197.510	197.510
Em 31/12/2023	1.988	8.677	291.985	26	1.658	304.334
Taxa média de depreciação	-	3,51%	4,50%	-	3,51%	4,01%

Em 31 de dezembro de 2023, após a Companhia realizar as análises necessárias acerca de indicadores de *impairment*, concluiu que não há indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos.

As imobilizações em curso compreendem os gastos incorridos para construção do parque eólico.

Como a autorização outorgada para a Companhia não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida.

a. Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,16% (0% em 31 de dezembro de 2022), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar

ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.988 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 8 - provisão para compromissos futuros.

6 | Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (c).

A composição e a movimentação do intangível da Companhia é como segue:

	Licenças ambientais (a)	Direito de uso	Servidão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 31/12/2021	-	-	-	4.588	4.588
Adição	-	-	-	59	59
Em 31/12/2022	-	-	-	4.647	4.647
Adição	4.853	-	354	-	5.207
Transferência	-	4.585	62	(4.647)	-
Em 31/12/2023	4.853	4.585	416	-	9.854
Amortização acumulada					
Adições	-	(40)	-	-	(40)
Em 31/12/2023	-	(40)	-	-	(40)
Valor líquido					
Líquido em 31/12/2022	-	-	-	4.647	4.647
Líquido em 31/12/2023	4.853	4.545	416	-	9.814
Taxa média de amortização	-	3,17%	-	-	3,17%

O custo de aquisição refere-se ao estudo de viabilidade do projeto eólico.

a. Licença ambiental

A Companhia reconheceu o ativo pela licença operacional plena e será amortizado a partir de 01 de janeiro de 2024 com a taxa média de 18,19% ao ano.

7 | Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

A composição dos fornecedores é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de imobilizado	11.693	609
Outros fornecedores	195	340
	11.888	949

8 | Provisão para compromissos futuros

Veja a política contábil na nota explicativa 2.5 (e)

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adições	6.840
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.840

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	992	-
Passivo não circulante	5.848	-
	6.840	-

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 9,16% no exercício de 2023 (0% em 2022).

9 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (i).

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 255.000(R\$ 115.361 em 31 de dezembro de 2022) representados por 255.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (115.360.560 em 2022).

	31/12/2023		31/12/2022	
	Capital R\$	Ações	Capital R\$	Ações
Acionista				
Aliança Geração Energia S.A.	255.000	255.000.000	115.361	115.360.560

(b) Aumento de capital

Em 30 de junho de 2023, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R\$139.639 (R\$54.221 em 31 de dezembro de 2022) mediante a emissão de 139.639.440 ações (54.221.000 ações em 2022).

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Durante o exercício de 2023, a Companhia registrou o valor de R\$101.641 (R\$103.569 em 2022) correspondentes a 101.641.000 ações (103.569.439 ações em 2022), como adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda durante o exercício de 2023, a Companhia integralizou capital, por meio de "AFAC" anteriormente efetuados, no valor total de R\$139.639.

O saldo remanescente será integralizado em ata de assembleia geral extraordinária, a ocorrer em 2024.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	89.136	39.786
AFAC efetuados	101.641	103.571
AFAC integralizados no capital social	(139.639)	(54.221)
Saldo no final do exercício	51.138	89.136

(d) Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o prejuízo líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(5.168)	(2.793)
Média ponderada das ações (ações em milhares)	195.154.526	115.360.560
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em R\$)	(0,000026)	(0,000024)

10 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Passivo		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aliança Geração de Energia S.A (i)	171	331	1.144	331
Cemig Geração e Transmissão S.A (ii)	-	-	54	32
Central Eólica Acauã III S.A (i)	1.059	1.059	-	-
	1.230	1.390	1.198	363

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com *backoffice* e reembolso de despesas de viagem e serviços de engenharia; e (ii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão).

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

11 | Receita Líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h).

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Transações com energia na CCEE	2.260	-
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(82)	-
	2.178	-

a. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre a receita		
PIS	(14)	-
COFINS	(68)	-
	(82)	-

12 | Custos e Despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.423)	-
Serviços de terceiros	(1.419)	-
Depreciação e Amortização	(1.987)	-
Outros custos operacionais	(29)	-
	(4.858)	-

b. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.392)	(1.787)
Serviços de terceiros	(352)	(518)
Pessoal	(55)	-
Outras despesas/receitas operacionais	(571)	(459)
	(2.370)	(2.764)

13 | Resultado financeiro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	8	2
	8	2
Despesas financeiras		
Juros	(73)	-
Outros	(23)	(31)
	(96)	(31)
	(88)	(29)

14 | Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber e a pagar com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

A Companhia considerou o valor justo de seus instrumentos financeiros como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Contas a receber	1.805	1.805	-	-
Outros ativos	413	413	15	15
	2.218	2.218	15	15
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	11.888	11.888	949	949
Outros passivos	97	97	182	182
	11.985	11.985	1.131	1.131

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	De 1 a 3 meses	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:		
- Pós-Fixadas		
Fornecedores	12.379	12.379
Outros passivos com partes relacionadas	1.059	1.059
	13.438	13.438

Risco de crédito

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seu acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	9	7
Contas a receber	1.805	-
Total da exposição	1.814	7

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

15 | Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais no montante de R\$79.371 e de responsabilidade civil no montante de R\$4.803, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

16 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$19.074 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.961 em 31 de dezembro 2022).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$6.942 (R\$6.959 em 31 de dezembro de 2022).

17 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição de provisão para compromissos futuros – licença de operação	4.853	-
Adição de provisão para compromissos futuros - desmobilização	1.987	-
	6.840	-

DIRETORIA

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0301948

Passo 3 - Digite a senha: rsj8qors